

Brasil e credores a 1 passo do acordo

Argentina deverá anunciar pacto com bancos na terça-feira

PAULO SOTERO

Correspondente

SÃO DOMINGOS — Muito pouco separa o governo e os bancos credores de um acordo sobre os juros que o País pagará sobre o bônus de conversão ao par da dívida externa, um dos dois tópicos mais importantes das atuais negociações. Antes de fixar a taxa, porém, as duas partes se concentrarão, nas próximas semanas, no detalhamento de um complicado esquema de concessão gradual de garantias que o Brasil dará a uma parte da dívida de cerca de US\$ 41 bilhões a ser reestruturada.

O negociador brasileiro, Pedro Malan, disse ontem que a interrupção por duas semanas das conversações em Nova York estava prevista e não assinala nenhum problema nas negociações. As conversas serão retomadas na semana do dia 23. E a única previsão de conclusão das negociações que vale, segundo Malan, é que o ministro da Economia, Marcílio Marques Moreira, fez em Nova York, no mês passado: "Ainda no primeiro semestre".

Numa manobra calculada para pressionar o governo a um acordo, duas semanas atrás, o vice-presidente do Citicorp, William R. Rhodes, previu que os bancos chegariam a um acordo em princípio com o Brasil e/ou a Argentina durante a reunião anual do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), que se instala amanhã,

na capital da República Dominicana. O acordo com a Argentina deve ser anunciado na terça-feira.

Malan disse que o Brasil não está apostando corrida com a Argentina para ver quem fecha negócio primeiro com os bancos. "Ficaremos felizes se a Argentina anunciar um acordo porque nos preocupamos com a estabilidade macroeconômica de nossa região".

"Ninguém deseja, mais do que o governo brasileiro, chegar a um entendimento o mais rápido possível", explicou Malan. "O que temos dito aos bancos, e creio que eles compreenderam, é que tanto para eles como para nós, mais importante do que correr é trabalhar para chegar a um acordo viável". Em 1988, lembrou Malan, o Brasil fechou um acordo com os bancos, todos comemoraram, mas nove meses mais tarde a instabilidade econômica forçou o País a iniciar a segunda moratória de pagamentos da dívida.

Para o Brasil, a discussão sobre o esquema de garantias é a chave da viabilidade da renegociação da dívida. O governo e os bancos já concordaram que elas se aplicarão ao principal do bônus ao par e do bônus de redução, e ao pagamento de 12 meses de juros dos dois instrumentos, durante um período de seis anos. Tendo convencido os credores de que não tem condições de comprar à vista os papéis do Tesouro americano que oferecerá como garantia dos novos papéis da dívida, o governo pro-

curará, agora, estruturar a concessão das garantias de forma a tornar menos atraente para os bancos o bônus de conversão ao par da dívida.

Do ponto de vista dos credores, esse é o melhor papel em discussão porque lhes pouparia o registro contábil de perdas no valor de seus ativos brasileiros. Contudo, se o governo não limitar o acesso ao bônus de conversão ao par, forçando os bancos a fazer fila, acabará com um acordo que reduzirá em muito pouco o valor de face da dívida

e, mais grave do que isso, exigirá um descaixe para a aquisição das garantias além dos limites que a equipe econômica considera seguros para a execução da política de estabilização econômica apoiada pelo Fundo Monetário Internacional. Malan notou que o esquema de concessão de garantias oferecido pelo Brasil é novo e, por isso, dará mais trabalho para ser montado que com os argentinos. Ele envolve a criação de um instrumento intermediário de garantia.